

Renan acusa revista. Oposição obstrui

Presidente do Senado reitera indignação com “campanha de imposturas” veiculada por alguns órgãos de imprensa. Oposição continua a obstruir votações e recebe apelos de governistas. PSDB vai se definir sobre prorrogação da CPMF, e DEM votará contra

O presidente do Senado, Renan Calheiros, responsabilizou a revista *Veja* e adversários políticos de Alagoas por promoverem contra ele uma campanha de inverdades. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, anunciou que a oposição (que defende o licenciamento de Renan da Presidência do Senado) continuará obstruindo as votações. O corregedor Romeu Tuma anunciou que irá a Alagoas para ouvir o usineiro João Lyra. No Conselho de Ética, segunda representação ainda não tem relator.

Página 6



Geacel/Vagda

Apesar dos apelos de parlamentares governistas, o Plenário enfrentou ontem um impasse: opositoristas prometem continuar dificultando votações

Homenagem aos 180 anos dos cursos de Direito

O Plenário homenageou ontem os cursos jurídicos do país, que completaram, em 11 de agosto, 180 anos. A celebração, que mobilizou diversos senadores, foi proposta por Marco Maciel. **Página 8**

CCJ vota fidelidade e fim de coligações

Duas propostas de emenda à Constituição com mudanças nas regras eleitorais podem ser aprovadas hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em pauta, a fidelidade partidária, com perda de mandato para quem trocar de partido, e o fim de coligações em eleições proporcionais. **Página 4**

Educação: ministérios mostram programas

Programas educacionais do Ministério da Justiça e do Ministério do Trabalho e Emprego foram apresentados à Comissão de Educação, em debate sobre o tema. Os parlamentares sugeriram a aplicação dos recursos do FAT no setor e querem conscientizar a população sobre importância da educação. **Página 4**

Registro de empresas pode demorar apenas 15 dias

A Comissão de Assuntos Econômicos deu um passo contra a burocracia e aprovou a simplificação do registro de empresas, que poderá demorar só 15 dias. Projeto vai ao Plenário em regime de urgência. **Página 3**



C&A/Arcebo

CPI do Apagão Aéreo debate sumiço de bens das vítimas

Familiares das vítimas da queda do voo 1907, da Gol, cobraram de oficial da Aeronáutica explicações para o sumiço de pertences. **Página 5**

O brigadeiro Jorge Kersul (E), na CPI, ao lado de Demostenes e Casagrande



Renan destaca medidas importantes nas áreas econômica, social e de segurança tomadas este ano pela Casa

Senado votou 207 matérias desde o dia 25 de maio

De 25 de maio deste ano até a semana passada, o Senado apreciou 207 matérias, e 191 terminaram aprovadas. Os números foram apresentados ontem pelo presidente da Casa, Renan Calheiros. Ele destacou a aprovação do projeto de lei complementar que alterou as regras do Supersimples (PLC 43/07) como uma das decisões mais importantes.

Renan também ressaltou a aprovação do PLV 19/07, que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e a do PLS 146/96, que regulamentou o funcionamento das zonas de processamento de exportação.

– Avançamos ainda com a aprovação de todas as matérias do

Programa de Aceleração do Crescimento. Outra importante proposta acatada estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em projetos de pesquisa científica e tecnológica – afirmou.

Na área social, o senador destacou o projeto que assegurou aos trabalhadores domésticos o direito ao seguro-desemprego (PLC 105/05) e o substitutivo ao PLC 10/07, que autorizou a concessão de bolsas de estudo para formação de professores de educação básica. Para a segurança pública, Renan lembrou o substitutivo ao PLS 34/03, que aumentou as penas para tráfico de entorpecentes em estabelecimentos de ensino ou em suas imediações.

Começa hoje curso a distância sobre as bases da integração do Mercosul

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), profere palestra durante a aula inaugural do curso “Fundamentos da Integração Regional: O Mercosul”, hoje, às 10h, no auditório do Interlegis. O curso, na modalidade a distância, com tutoria e gratuito, é uma iniciativa do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), em conjunto com a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (RBPM).

Voltado aos servidores dos legislativos federal, estaduais e

municipais, do Brasil e dos países membros do Mercosul, o curso tem como um dos objetivos discutir o papel dos parlamentos na consolidação do bloco. A duração das aulas vai até 30 de novembro e se divide em quatro unidades: Contextualizando a integração; O Mercosul; A dimensão parlamentar do Mercosul; e Análise da trajetória e perspectivas para o Mercosul. Informações pelo telefone (61) 3311-1684 ou pelo endereço eletrônico: ilbead@senado.gov.br

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário examina projeto que beneficia produtores rurais

Às 14h, os senadores se reúnem em sessão deliberativa. Em pauta, três projetos de lei de conversão (PLVs) provenientes de medidas provisórias (MPs) trancam a agenda

de votações. Entre os itens, está o PLV 23/07, que dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos de-

pósitos à vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de agricultores ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005.

Comissão realiza segundo debate sobre rádio digital

A partir das 9h, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) debate a implantação da rádio digital no Brasil. Devem participar das discussões representantes do Fórum Nacional pela Democratização

da Comunicação, José Torves; da Agência Nacional de Telecomunicações, Ara Apkar Minassian; e do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada do Rio Grande do Sul, Sérgio Dias.



Problemas sociais e ambientais dos lixões serão discutidos na CMA

A Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, da Comissão de Meio Ambiente (CMA), realiza, às 14h, audiência pública para debater os problemas sociais e ambientais

decorrentes dos depósitos de lixo ao ar livre – lixões. Também às 14h, integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúnem-se para estabelecer o cronograma

de tramitação dos projetos de lei orçamentária para 2008 e do Plano Plurianual 2008/2011. Às 14h30, a CMO analisa créditos extraordinários para vários órgãos públicos.

Renan Calheiros recebe o presidente do Benin

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe hoje, às 15h, o presidente da República do Benin, Thomaz Boni Yayi, que está no Brasil retribuindo visita que o presidente Lula fez àquele país em 2006. As

duas nações buscam estreitar laços que têm origens no período colonial, com a emigração forçada de escravos beninenses ao Brasil, reforçados por comunidades brasileiras formadas no Benin.

Ministro da Agricultura fala sobre recuperação da lavoura cacaueteira

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se, às 11h, em audiência pública, para discutir a recuperação da lavoura cacaueteira e programas anunciados

para o setor. Estão convidados, entre outras autoridades, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e o diretor-geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueteira,

Gustavo de Moura. Também às 11h, a CPI do Apagão Aéreo ouve empresários com o fim de apurar denúncias de irregularidades em licitações promovidas pela Infraero.

Bolsas para pós-graduados

O programa de crédito educativo para estudantes de pós-graduação deve ser discutido hoje, às 11h, pela Comissão de Educação (CE). No mesmo horário reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para analisar as indicações de Alfredo Luiz de Almeida Cardoso e Hesio de Albuquerque Cordeiro para os cargos de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

CCJ analisa fidelidade partidária

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reúne-se, às 10h, para discutir propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam de assegurar aos partidos a titularidade de um mandato parlamentar e de impedir coligações nas eleições proporcionais. Também deve ser votada a redação para o 2º turno da PEC que institui princípios para o funcionamento das agências reguladoras.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Gerson Camata, Alvaro Dias, Efraim Morais e Inácio Arruda



Sibá (E), Borges, Marconi e Serys em reunião que aprovou audiência sobre compra da Suzano

CMA vai discutir atuação da Petrobras e energia nuclear

A Comissão do Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem, por unanimidade, requerimento de César Borges (DEM-BA) para a realização de audiência destinada a debater a compra da Suzano Petroquímica pela Petrobras.

O senador disse haver temor de que os investimentos da Petrobras no setor petroquímico venham a se concentrar na região Sudeste, em detrimento do Pólo Petroquí-

mico de Camaçari (BA). Entre os convidados, estão o ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner; o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli; e representantes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Associação Brasileira da Indústria Petroquímica.

A CMA acolheu também requerimento de Sibá Machado (PT-AC), de uma audiência para

esclarecer a importância da energia nuclear para a matriz do Brasil, com a participação dos ministros de Minas e Energia, Nelson Hubner, e do Meio Ambiente, Marina Silva; do presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Odair Dias Gonçalves; e do diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), Marcel Bursztyn.

Pequenas e médias empresas podem ter crédito de US\$ 1 bi

Empréstimo de US\$ 1 bilhão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os recursos serão utilizados para o financiamento de micro, pequenas e médias empresas. A matéria – Mensagem 126/07 – ainda será votada no Plenário.

Durante a discussão, Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu a criação, dentro do BNDES, de uma diretoria exclusiva para tratar dos créditos a micro e pequenas empresas. “Os bancos pagam taxas módicas ao BNDES, mas ao emprestar às empresas cobram taxas de mercado”, disse.

O presidente da comissão,

Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que convidará o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, para tratar do assunto.

A CAE também acolheu ontem operação de crédito externo por meio da qual o Banco Mundial repassará US\$ 150 milhões ao governo brasileiro. O prazo de desembolso previsto encerra-se em 31 de dezembro deste ano. A Mensagem 106/07 terá de ser votada em Plenário. O relator da proposição é Neuto de Conto (PMDB-SC).

Foi ainda aprovado empréstimo do BID, no valor de US\$ 16,1 milhões, destinado ao financiamento parcial do Programa Interlegis II (Mensagem 122/07), a ser executado pelo próprio Senado.

Acordo garante inclusão de obras de engenharia em pregões eletrônicos

Líderes partidários no Senado e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, chegaram ontem a um acordo sobre o projeto que amplia o uso de pregão eletrônico na contratação de obras e serviços de órgãos públicos.

Com isso, Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentará na próxima semana seu parecer ao projeto (PLC 32/07) na Comissão de Assuntos Econômicos, com quase 20 modificações em relação ao proposta que saiu da Câmara.

Ficou decidido que obras de engenharia, que custem até R\$ 3,4 milhões, poderão ser licitadas por pregão eletrônico, via internet. O projeto aprovado pelos deputados previa limite de apenas R\$ 340 mil. Nessa modalidade de licitação, é reduzida a possibilidade de conluio entre os participantes, pois eles se apresentam pela internet, em total sigilo. Nem o pregoeiro fica conhecendo os concorrentes.

Também foi decidido que Suplicy aceitará emendas que limi-

tem a assinatura de aditivos entre os órgãos públicos e as empresas vencedoras dos leilões.

Da CAE, a proposta segue para o Plenário, e ainda terá de retornar ao exame dos deputados.

Recursos hídricos

A CAE resolveu adiar a votação do projeto de Tião Viana (PT-AC) que visa ampliar o número de estados e municípios contemplados com o pagamento da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) e realizar uma audiência com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para discussão da matéria (PLS 56/04).

Ainda na reunião de ontem da CAE, proposta que buscava ampliar os casos em que os deficientes físicos podem ser beneficiados pela isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos (PLS 270/03) foi arquivada, porque já foi editada uma lei que garante esse benefício.

CAE aprova projeto que assegura rapidez na abertura de empresa

Previsão é que, se proposta for transformada em lei, registro de pessoa jurídica em qualquer estado do país poderá ser feita em até 15 dias

Projeto que simplifica o registro de empresas recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. O texto determina uma única entrada de documentos e dados, o que deve evitar a duplicidade de processos e reduzir custos, prazos e entraves burocráticos. A previsão é que todo o processo de abertura de empresa seja concluído em 15 dias.

De iniciativa da Câmara, o PLC 115/06 cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) e institui normas padronizadas, em escala nacional, para o registro das pessoas jurídicas. A proposição, de iniciativa do deputado Francisco Rodrigues (DEM-RR), incorporou naquela Casa idéias constantes em vários outros projetos, inclusive sugestões do governo, com o objetivo



Mercadante (D), ao lado de Lobão, preside reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

de reduzir a burocracia para abertura, incorporação, cisão e fusão de empresas.

A Redesim será integrada por órgãos federais (entre os quais, a Receita Federal), estaduais (secretarias de Fazenda e juntas comerciais) e municipais envolvidos no processo de registro.

A CAE acolheu solicitação de Sibá Machado (PT-AC) para que a proposta seja votada com urgência no Plenário. Se aprovado, o texto seguirá à sanção presidencial. A matéria já havia obtido parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Comissão fará audiência para debater caso Beron

A Comissão de Assuntos Econômicos decidiu promover audiência pública para debater o refinanciamento da dívida de Rondônia com o governo federal. O foco da discussão serão os débitos do Banco do Estado de Rondônia S.A (Beron) e da Rondônia Crédito Imobiliário S.A – que foram agregados à rolagem da dívida, o que vem sendo contestado por parlamentares e autoridades rondonienses.

– Nós não temos nada a ver com essa dívida. É uma injustiça que está sendo feita a um estado pequeno, que arrecada pouco e tem de arrecadar sobretudo para pagar ao governo federal – avaliou o senador Expedito

Júnior (PR-RO).

Parlamentares do estado atribuem ao Banco Central (BC) a responsabilidade por gerar a maior parcela do passivo, o que teria ocorrido na fase de intervenção iniciada em 1995, como parte da política de reestruturação do sistema financeiro nacional que se seguiu ao Plano Real. De acordo com Expedito Júnior, o Beron tinha um passivo a descoberto de R\$ 40 milhões no momento da intervenção. Três anos depois, sem concluir a liquidação, o BC teria devolvido a instituição ao estado com um rombo de mais de R\$ 600 milhões.

A sugestão para a audiência foi do presidente da CAE, Aloizio

Mercadante (PT-SP), depois de impecasse no exame de ofício em que o governador Ivo Cassol denuncia irregularidades na inclusão do passivo dos bancos à dívida estadual. O presidente do BC, Henrique Meirelles, deverá ser convidado.

Valdir Raupp (PMDB-RO) também cobrou a revisão da dívida do estado. Como os demais representantes de Rondônia, ele defende a suspensão do pagamento, até que se chegue a uma decisão sobre o real valor. Raupp apresentou-se como vítima do processo de intervenção, ao lembrar que era governador do estado quando o banco quebrou e foi posto sob intervenção.



Cristovam (2º à esquerda) recebe representantes da associação de empresas de software

Debate: projeto que regulamenta estágio enfrenta resistências

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da Comissão de Educação (CE), recebeu ontem o vice-presidente da Associação Brasileira de Empresas de Informação, Software e Internet (Assespro), Marcos Brafman, para discutir projeto que regulamenta o estágio de estudantes.

A matéria (PLC 44/07) está em análise na CE e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e, se for mantido o pedido de urgência urgentíssima feito pelo governo federal, deverá ir a Plenário na próxima semana. No entanto, o secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ronaldo Lessa, anunciou ontem que o pedido pode ser retirado,

a pedido de Cristovam, pois o senador defendeu a necessidade de aprofundar as discussões. Cristovam tem posição contrária ao projeto, por entender que ele contém “teor laborista” e não educativo, como deve ser o estágio.

– Se for aprovado como está, haverá prejuízo do ponto de vista educacional, pois o projeto transforma o estágio em emprego – disse o senador.

Marcos Brafman afirmou que boa parte das 1.300 empresas de software representadas pela Assespro defendem a rejeição do projeto, e apresentou a Cristovam uma análise da associação com os pontos considerados mais prejudiciais às empresas.

Ministérios apresentam ações para melhorar a educação

Na oitava audiência do ciclo de 12 debates sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), organizado pela Comissão de Educação (CE), Ronaldo Teixeira da Silva, chefe de gabinete do Ministério da Justiça, e Ronaldo Lessa, secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, destacaram programas e projetos de suas pastas voltados para melhorar a educação no país.

Os senadores pediram que o governo invista mais na conscientização da população sobre

a importância da educação, e direcione recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para projetos governamentais que visem aprimorar a qualidade da educação no Brasil.

Ronaldo Teixeira destacou ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), do qual é secretário-executivo. Em sua exposição, Lessa afirmou que, atualmente, o papel principal do ministério é o de qualificar o cidadão para o mercado de trabalho.

Duas propostas de emenda à Constituição que mudam regras do sistema político-eleitoral podem ser votadas pela Comissão de Constituição e Justiça

CCJ examina fidelidade e fim das coligações partidárias

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar hoje, a partir das 10h, duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que mudam regras do sistema eleitoral, afetando os partidos políticos. A primeira institui a fidelidade partidária e a segunda proíbe as coligações nas eleições proporcionais.

A PEC de número 23/07, de autoria do senador Marco Maciel (DEM-PE), institui a fidelidade partidária e pode dar fim ao chamado troca-troca de legendas partidárias. Para isso, determina que a titularidade dos mandatos

será dos partidos políticos e não mais do parlamentar eleito.

Já a PEC 29/07, do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), proíbe as coligações partidárias nas eleições proporcionais – para deputados federais, estaduais e distritais e para vereadores. O texto permite, entretanto, as coligações de partidos para eleições majoritárias – que incluem a disputa pela Presidência da República, pelos governos estaduais, pelas prefeituras e pelo Senado.

Jarbas Vasconcelos afirmou que a medida, se aprovada, irá sanear o quadro partidário, reduzindo a

faixa de atuação dos chamados partidos de aluguel, além de reforçar, conforme garantiu, a identidade e a coesão partidárias.

A comissão deve votar ainda a redação final da PEC 81/03, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que estabelece a autonomia orçamentária, administrativa e financeira das agências reguladoras. O objetivo da proposta, de acordo com o senador, é dar segurança jurídica aos investimentos no país.

Se aprovada, a proposta volta ao Plenário, onde será votada em segundo turno.

STF sugere mudanças para acelerar processo penal

Os cinco senadores do Grupo de Trabalho para a Reforma Processual Penal receberam ontem da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, sugestões para aprimorar seis projetos de lei que tratam do combate à impunidade e à lentidão dos processos judiciais. Os projetos tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e podem ser votados até o fim de agosto, disse a senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

O grupo de trabalho da CCJ é composto pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Jefferson Péres (PDT-AM), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Romeu Tuma (DEM-SP), além da própria Ideli. As sugestões aos projetos são provenientes de levantamento feito pelo STF junto a todas as instâncias do Judiciário.

– O Supremo dará continuidade a esse trabalho e, em setembro, receberemos sugestões de outros



Ellen Gracie (5ª à esq.) apresentou a senadores sugestões para combater a impunidade

projetos – assinalou Ideli.

As seis propostas que estão na CCJ são o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 37/07, que dispõe sobre a produção de provas; o PLC 20/07, sobre o procedimento do tribunal do júri; o PLC 36/07, sobre procedimentos no processo penal; o Projeto de Lei do Senado (PLS) 183/07, que regulamenta a Emenda Constitucional 45, quanto ao prazo para a conclusão da ação penal; o PLS 268/07, sobre a prioridade processual para cri-

mes praticados por funcionário público; e o PLS 281/07, sobre o prazo para julgamento de ações penais originárias dos tribunais superiores.

Ideli lembrou que alguns projetos já passaram pela Câmara.

– Havendo alterações, vamos negociar para agilizar as aprovações. As matérias são relevantes, urgentes e necessárias. Portanto, acho que teremos a colaboração das duas Casas – concluiu a senadora.



Comissão de Educação vem realizando um ciclo de debates que terá 12 audiências

CUT defende redução da jornada de trabalho

Com apoio do presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS), representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) defenderam ontem, em audiência pública, uma pauta de 15 reivindicações. Entre elas, a redução da jornada de trabalho, que passaria de 48 para 36 horas semanais, sem redução de salário.

O presidente da CUT, Artur

Henrique da Silva Santos, disse que essa é a pauta dos trabalhadores que farão uma marcha hoje em Brasília.

– Queremos crescimento com distribuição de renda e respeito aos direitos do trabalhador – afirmou Artur Henrique. Ele se somou aos apelos do presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Carlos Alberto Grana, que reclamou contra a

alta rotatividade no emprego.

– Enquanto o europeu permanece em média dez anos no emprego, o brasileiro fica só três anos e meio – frisou, criticando o empresariado.

Pela Federação Estadual dos Metalúrgicos, Milton Viário pediu o aumento da produção industrial e a redução da jornada de trabalho, e teve apoio do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).



Mesquita Júnior (C) ouve discurso do deputado Dr. Rosinha no Parlamento do Mercosul

Mesquita Júnior preside a representação do Mercosul

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul será um “grande foro” de discussão a respeito da integração continental, prometeu o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), eleito ontem presidente do colegiado. Ele disse que pretende recolher sugestões a respeito do tema junto a acadêmicos, parlamentares estaduais e entidades representativas de empresários e trabalhadores.

– Vamos percorrer este país, para que a sociedade brasileira tome consciência da importância do Mercosul – anunciou.

Os deputados George Hilton (PP-MG) e Claudio Diaz (PSDB-RS) foram eleitos, respectivamente, primeiro e segundo vice-presidentes.

Ao dar posse a Mesquita Júnior, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) – ex-presidente da Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, agora extinta – ressaltou o “significado especial” de se ter um representante da região Norte na presidência da nova representação.

Logo após a eleição, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu a ampliação do debate sobre a integração em todo o Brasil, e Romeu Tuma (DEM-SP), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Cristovam Buarque (PDT-DF) reconheceram o esforço de Zambiasi na construção do Parlamento do Mercosul.

Composta por nove deputados e nove senadores, a representação será um órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul. Caberá a ela emitir parecer sobre todas as matérias de interesse do grupo econômico que venham a ser submetidas ao Legislativo, além de examinar anteprojetos encaminhados pelo Parlamento do Mercosul.

O mandato dos parlamentares que integram a representação terminará em 31 de dezembro de 2010, quando se conclui a primeira fase do processo de implantação do Parlamento do Mercosul. A partir de 2011, representarão o Brasil no órgão legislativo parlamentares eleitos diretamente pela população, em 2010.

Bloco discutirá composição de comissões permanentes

A composição das comissões permanentes do Parlamento do Mercosul será um dos temas da quinta sessão ordinária do órgão, a ser realizada nos dias 3 e 4 de setembro, em Montevidéu. O anúncio foi feito ontem pelo vice-presidente brasileiro do parlamento, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que participou, um dia antes, de reunião da Comissão Diretora do organismo.

O novo parlamento contará com dez comissões. Cada um dos quatro atuais sócios do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – deverá ter duas comissões de forma permanente. As outras comissões, que caberiam à Venezuela (sócia em processo de adesão), ficariam provisoriamente com dois países já sócios.

Também deverão ser debatidos na sessão: as migrações e a situação das pequenas e médias empresas no Mercosul.

Segundo Dr. Rosinha, a comissão discutirá ainda a situação de dois convênios que estão sendo examinados pelo Parlamento do Mercosul. O primeiro deles, com a União Européia, destina-se ao treinamento de pessoal para o novo parlamento. Como não foi colocado ainda em prática, informou, estão sendo renegociados os prazos previstos no documento. O outro convênio será com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se destinará a estabelecer uma política de comunicação para o parlamento. Conforme o deputado, as negociações nesse sentido estão “avançadas”.

Chefe do Cenipa fala sobre resgate à CPI do Apagão. Representante de familiares confirma sumiço de documentos pessoais. Demostenes diz que comissão vai esclarecer o possível

Brigadeiro diz que encontrar objetos não era prioridade

Em depoimento à CPI do Apagão Aéreo do Senado, o brigadeiro-do-ar Jorge Kersul Filho, chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), apresentou vídeo mostrando as dificuldades encontradas pelas equipes das Forças Armadas durante a operação de resgate das vítimas do voo 1907 da Gol, acidentado em 29 de setembro último.

Defendendo a Aeronáutica no caso do sumiço de pertences das vítimas, Kersul lembrou que as equipes de busca concentraram seus esforços sobretudo no resgate de corpos e de destroços da aeronave importantes para a elu-

ciação das causas do acidente. Observou que os objetos das vítimas, cobrados por parentes, não foram procurados no momento das operações, uma vez que não era prioridade fazê-lo.

Para encontrar as caixas-pretas do avião, informou o brigadeiro, foi montada verdadeira operação de guerra. Segundo ele, devido ao fato de esses equipamentos terem penetrado na camada espessa de folhas existente no chão da floresta, em razão da alta velocidade em que atingiram o solo, somente com detectores de minas de uma unidade do Exército Brasileiro foi possível achá-los.

– Então, quando alguém hoje

pede para que se encontre um bem material, é bom tentar ver a dificuldade de se achar algo que nem foi procurado – disse.

Jorge Kersul Filho apresentou um texto homenageando os “homens de honra” que participaram do resgate. Ele lamentou que o caminho procurado pelos familiares para solucionar o problema tenha sido o da divulgação na imprensa e chegou a dizer que familiares também estiveram no local do acidente e, por isso, “também são suspeitos”. Sobre as imagens feitas no local do resgate e divulgadas na Internet, afirmou que a pessoa que fez a gravação deve responder por isso,



Na reunião do CPI do Apagão Aéreo, Jorge Kersul Filho, Demostenes, Casagrande, Angelita Marchi, Ana Maria Espínola e Carla Coelho

Presidente de associação relata sumiço de documentos

A presidente da Associação dos Familiares das Vítimas do Voo 1907 da Gol, Angelita Marchi, relatou à CPI diversos casos de sumiço de pertences de pessoas que morreram no acidente. Ela deseja que os familiares sejam ajudados a resolver problemas surgidos com o uso indevido dos documentos das vítimas para realizar compras e empréstimos. Angelita afirmou que diversas carteiras foram devolvidas sem

documentos importantes, como identidade e CPF, além de cartões. E leu carta aberta afirmando que o Estado está despreparado para prestar assistência às famílias das vítimas. Ana Maria Spínola, mãe de uma vítima, também compareceu à reunião.

O relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), ressaltou a dedicação de muitas pessoas que participaram do resgate, mas observou que “em

todas as profissões, em todos os momentos, há desvios, infelizmente”. Disse que o objetivo da CPI nessa questão é “esclarecer a situação no que for possível” e pediu a ajuda da Polícia Federal.

A advogada Carla Coelho, designada pela Gol para acompanhar a coleta e guarda dos pertences, sugeriu que seja instaurado um inquérito “para apurar da maneira correta e manter o respeito com os que trabalharam”.

Procurador vê irregularidade em aeroporto de Salvador

Ao falar à CPI sobre irregularidades constatadas em licitações de obras no aeroporto de Salvador, o procurador da República Danilo Pinheiro Dias reclamou da falta de comunicação entre os órgãos do sistema de fiscalização e controle.

Segundo o procurador, a responsabilização de autores de crimes contra o erário seria facilitada caso houvesse uma comunicação mais próxima entre as entidades

fiscalizadoras.

Juntamente com a procuradora da República Juliana de Azevedo Moraes, Danilo apontou várias irregularidades nas obras de R\$ 120 milhões contratadas pela Infraero à construtora OAS para a reforma e ampliação do aeroporto baiano.

O delegado da Polícia Federal Flávio Maltez Coca também falou à CPI sobre inquéritos instaurados para apurar possíveis fraudes

ocorridas em obras administradas pela Infraero nos aeroportos de Fortaleza, Brasília e Cuiabá.

No final da reunião, a comissão parlamentar de inquérito aprovou vários requerimentos solicitando à Infraero cópias de planilhas de custos de licitações, laudos de avaliação de obras de arte adquiridas para o aeroporto do Recife e convocando o vice-presidente de segurança da Airbus, entre outras providências.



JareArájo

Tuma diz que usineiro alagoano será ouvido em repartição pública

Corregedor vai a Alagoas tomar depoimento de Lyra

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), informou ontem que vai a Alagoas amanhã para tomar o depoimento do usineiro João Lyra a respeito das denúncias da revista *Veja* de que ele teria comprado, em parceria com o presidente do Senado, Renan Calheiros, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas, em nome de “laranjas”.

Tuma disse que Lyra não quer vir ao Senado por se sentir constrangido, uma vez que Renan é o presidente da Casa. No entanto, segundo o corregedor, o usineiro informou que, em seu depoimento, que será tomado numa repartição

pública de Alagoas, está disposto a contar todos os fatos e detalhes dos quais tem conhecimento.

Os senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS), dois dos três relatores do processo contra Renan, decidiram recusar o convite feito pelo presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), para relatarem o segundo processo por quebra de decoro contra o presidente do Senado. Também convidado, o senador Almeida Lima (PMDB-SE), o outro relator do processo, disse ao presidente do conselho que está à disposição.

Manifesto pede afastamento do presidente do Senado

O PSOL apresentou ontem ao 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), abaixo-assinado com mais de 60 mil assinaturas pedindo o afastamento do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) da Presidência da Casa. Alvaro disse que vai levar o manifesto para a reunião da Mesa amanhã, que será presidida por ele, quando será analisada nova representação contra Renan.

Estiveram presentes o senador José Nery (PSOL-PA), a ex-senadora e presidente do PSOL, Heloísa Helena, a bancada do PSOL na Câmara e o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ). Para Heloísa, o presidente do Senado está obstaculizando o procedimento in-

vestigatório e só não deixa o cargo por acreditar na impunidade.

– Se o jornalismo investigativo continuar fazendo a legítima e democrática pressão, se a sociedade de uma forma geral não quiser ser cúmplice pela omissão, eu não tenho dúvida de que será possível aplicar as punições cabíveis diante da quebra de decoro parlamentar.

Alvaro informou que a nova representação protocolada por DEM e PSDB, deverá ser encaminhada pela Mesa ao Conselho de Ética. Essa representação pede investigações sobre o uso de “laranjas” para que Renan se tornasse “sócio oculto” de empresas de comunicação em Alagoas.

Em discurso no Plenário, senador aponta tentativa da revista *Veja* de manter incógnita a venda da TVA a uma empresa estrangeira, em desacordo com o previsto na legislação brasileira

Renan se diz indignado com “campanha de imposturas”

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, fez um pronunciamento ontem em Plenário reiterando sua indignação com a “campanha de imposturas” de que tem sido vítima por parte de alguns veículos de imprensa, especialmente a revista *Veja*. Renan também tentou dirimir as tentativas de indispor-lo com colegas senadores, entre eles Jefferson Péres (PDT-AM) e José Agripino (DEM-RN).

– Não vão conseguir me intrigar com ninguém. Declaro de público que tenho muito apreço e total respeito pelo senador Jefferson Péres, caráter sem jaça, referência moral, figura ímpar a quem reconheço como paradigma a ser seguido – afirmou.



Leopoldosiva

Renan nega possuir rádios ou patrimônios “subterrâneos ou qualquer sociedade secreta”

Renan disse ainda ter muito apreço pelo senador José Agripino, ainda que às vezes ocorram “tensionamentos políticos” entre os dois.

Para o presidente do Senado, a revista *Veja*, com a cumplicidade de seus adversários regionais, vem publicando matérias indignas para manter incógnita a transação bilionária envolvendo o Grupo Abril, dono da revista e da TVA, canal de TV a cabo que foi vendido para uma empresa estrangeira, o que afronta a lei brasileira. Esses adversários e a publicação, explicou, tentam “desestabilizar a Presidência do Senado”.

Renan negou possuir rádios, negócios e patrimônios “subterrâneos” ou qualquer “sociedade secreta”. Argumentou que todas as acusações que geraram as representações ao Conselho de Ética – três no total – são inconsistentes e inverídicas.

PSDB mantém obstrução, anuncia Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou ontem que o partido decidiu, em reunião da bancada, continuar obstruindo as votações no Plenário da Casa. Ele disse ainda que as bancadas do PSDB na Câmara e no Senado pretendem definir a posição do partido acerca da prorrogação da CPMF, levando em consideração as opiniões dos governadores tucanos.

Virgílio voltou a afirmar a opinião do seu partido de que o senador Renan

Calheiros deve licenciar-se da Presidência do Senado para se defender das denúncias contra ele. O líder também reafirmou que o partido defende o amplo direito de defesa para Renan.

De acordo com Arthur Virgílio, os senadores do PSDB também decidiram que, a partir de agora, vão analisar profundamente todo e qualquer nome indicado para cargos públicos, como embaixadores e diretores de agências reguladoras.



GerardoMagalhães

Virgílio reafirma posição em favor da saída de Renan da Presidência do Senado

Democratas votarão contra prorrogação da CPMF

A bancada do Democratas decidiu votar contra a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), conforme anúncio feito ontem pelo líder do partido no Senado, José Agripino (RN).

Depois de lembrar que a CPMF foi criada para ajudar a saúde, o senador ponderou que a contribuição hoje não é inteiramente destinada ao setor. Observou que, à época em que foi criada, ela representava menos de 1%

da inflação – próxima de 40% ao ano. Hoje, com a inflação próxima de 4%, a alíquota de 0,38% representa quase 10% da inflação.

– A saúde hoje está melhor por causa da CPMF? Não. Então, temos de deixar a CPMF acabar no final do ano – sustentou.

Agripino diz que o governo “arrecada muito, mas gasta mal” e, se prorrogada a contribuição, “há risco de se aumentar os gastos com cargos de confiança”.



GerardoMagalhães

Líder do partido, Agripino diz que o governo arrecada muito e gasta mal

Mercadante: país precisa investir em infra-estrutura

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) fez ontem um apelo à oposição para que reconsidere a decisão de obstruir as votações e abra uma discussão profunda com o governo sobre a CPMF. Ele reconheceu a necessidade de aumentar a eficiência e a transparência do gasto público, mas salientou que a oposição está apenas promovendo uma disputa político-partidária “descabida” no momento em que o mundo enfrenta uma crise financeira e que o Brasil precisa

investir em infra-estrutura.

– Hoje não é preciso aumentar a carga tributária e podemos continuar desonerando, como foi feito com a cesta básica e o financiamento da casa própria. Mas, não é possível abrir mão de R\$ 36 bilhões por causa de uma disputa eminentemente eleitoral. Não há sentido em acabar de uma vez com um imposto importante para o equilíbrio fiscal e tirar a capacidade do Estado para investir em infra-estrutura.



GerardoMagalhães

Mercadante pede à oposição que reconsidere decisão de obstruir votações



Heráclito Fortes cobra início dos trabalhos da comissão de inquérito proposta por ele

Marcada para amanhã reunião de instalação da CPI das ONGs

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), convocou para amanhã, às 10h, a reunião de instalação da CPI das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Renan fez a convocação após intervenção de Heráclito Fortes (DEM-PI), que afirmou ter pressa na instalação da CPI, proposta por ele.

A comissão vai apurar o uso de verbas públicas, além de recursos externos, por ONGs e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), entre 1999 e 2006.

Pela minoria, integram a CPI Heráclito Fortes, Raimundo Colombo (DEM-SC), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Marisa Serrano

(PSDB-MS), como titulares, e César Borges (DEM-BA) e Marconi Perillo (PSDB-GO), como suplentes.

Representam o Bloco de Apoio ao Governo os senadores Flávio Arns (PT-SC), Eduardo Suplicy (PT-SP) e João Vicente Claudino (PTB-PI), como titulares, e João Ribeiro (PR-TO) e Mozarildo

Cavalcanti (PTB-RR), como suplentes.

Pelo PMDB estão Valdir Raupp (RO), Wellington Salgado (MG) e Leomar Quintanilha (TO), como titulares, e Valter Pereira (MT) e Romero Jucá (RR) como suplentes.

O PDT é representado por Jefferson Péres (AM).

Papaléo quer capital privado em obras de infra-estrutura

Em discurso no Plenário, Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou ontem o governo Luiz Inácio Lula da Silva por, segundo o parlamentar, dificultar que empresas privadas invistam em obras de infra-estrutura no país. Para o senador, o Estado brasileiro não conta com recursos suficientes e deve recorrer à iniciativa privada para melhorar setores como o de transportes e geração de energia elétrica.

– Não é possível prescindir dos recursos privados para fazer investimentos de que o país tanto precisa – observou.

Papaléo lembrou que o Partido dos Trabalhadores é historicamente contra as privatizações, tendo criticado o então presidente Fernando Henrique Cardoso por privatizar empresas estatais. O tema, continuou, foi utilizado pelo PT durante a campanha de reeleição do presidente Lula.

– As privatizações foram empreendidas a partir de 1995 não por um capricho neoliberal, mas porque se constatou que o Estado não teria recursos suficientes para fazer todos os investimentos necessários – assinalou.

Na opinião do senador, o país está à beira de um “apagão logístico”, em especial no setor de energia elétrica, “que precisa de investimentos da ordem de R\$ 20 bilhões, mas o governo tem investido apenas R\$ 5 bilhões”.

– De onde virão os outros R\$ 15 bilhões senão da iniciativa privada? – constatou.

Jucá anuncia que acordo vai beneficiar pescadores de lagosta

Líder do governo faz apelo à oposição para que, mesmo que obstrua algumas votações, permita a análise das medidas sobre produtores rurais e pessoas com Hanseníase

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), comunicou que um acordo entre governo e senadores irá permitir aos pescadores de lagosta indenização pelos equipamentos que não podem mais ser usados e aquisição das armadilhas agora permitidas: covos, ou manzuás, e cangalhas. Instruções normativas do Ibama e da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap) proibiram a utilização de redes de espera ou de armadilhas caçoeiras.

O acordo será viabilizado por meio de uma emenda à Medida Provisória 372, relatada por Jonas Pinheiro (DEM-MT). A alteração tem de ser votada também na Câ-



Jucá comunica acordos sobre pesca da lagosta e dívida de microempresários

mara, onde a MP já foi aprovada.

Jucá informou ainda que a medida – que trata da renegociação de dívidas dos produtores rurais e cria dispositivos para proteger

a dívida desses produtores com fornecedores de insumos agrícolas – receberá outra emenda, negociada com a Receita Federal e com o Ministério da Fazenda, para que, até 31 de outubro, os microempresários que têm dívidas ou parcelamentos integrais feitos e não pagos possam reparcelar suas dívidas nos mesmos moldes aprovados no Supersimples.

O líder do governo apelou aos senadores da oposição para que façam uma “obstrução seletiva”, permitindo ao menos que o Senado vote três MPs que estão na pauta, entre elas a 372 e a que concede pensão especial às pessoas atingidas pela Hanseníase.

Kátia Abreu: falta de investimentos leva país a perder competitividade

Estudo divulgado pelo Banco Mundial, segundo o qual os países da América Latina e do Caribe, o Brasil em especial, têm investido menos de 2% de seu produto interno bruto (PIB) em infra-estrutura, foi registrado por Kátia Abreu (DEM-TO).

De acordo com a senadora, isso tem se tornado um obstáculo ao crescimento econômico e à redução da pobreza e levado à perda

de competitividade. Houve ainda, disse Kátia, uma redução drástica nos investimentos públicos, que entre 1988 e 1998 tiveram redução de 3% para 1,6% do PIB.

A senadora comemorou ainda a demissão do diretor de infra-estrutura aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, Martinho Cândido Velloso dos Santos. Segundo ela, Martinho era contrário à constru-



Kátia Abreu registra que o Brasil investe menos de 2% do PIB em infra-estrutura

ção de eclusas para viabilizar as hidrovias.



Trajatória de luta do religioso em favor dos pobres foi destacada por José Nery

Nery lembra um ano da morte de dom Antônio Frago

José Nery (PSOL-PA) registrou a passagem de um ano da morte do bispo da diocese de Crateús (CE), dom Antônio Batista Frago, falecido em 12 de agosto de 2006. Nery lembrou que o religioso foi acusado de subversivo pela ditadura militar que se instalou no Brasil em 1964, mas que nunca deixou de desenvolver um trabalho pastoral junto aos cidadãos mais pobres e trabalhadores rurais.

– Destemido, dom Frago nunca desistiu de lutar pelos pobres. Afirmado que “subversivo era a realidade social do Brasil”, continuou sua trajetória religiosa e de luta pelos interesses dos injustiçados, uma prática libertadora que veio a servir de exemplo para as igrejas da América Latina – destacou.

O parlamentar assinalou que dom Frago desenvolveu um trabalho de apoio, evangelização e conscientização junto a detentos, prostitutas, negros, idosos, mulheres, crianças, jovens carentes, povos indígenas remanescentes e outros segmentos da população dos municípios que constituem a diocese de Crateús, como Nova Russas, Novo Oriente, Tamboril, Ararendá, Poranga, Ipaporanga, Monsenhor Tabosa e Independência, esta última terra natal de José Nery.

Em seu discurso, o senador lembrou ainda os 112 anos de emancipação política do município paraense de Abaetetuba, completados hoje.



Sem investimentos privados, país terá “apagão logístico”, afirma Papaléo Paes

Mão Santa saúda os 164 anos de Parnaíba

“Quando eu morrer, digam por aí que eu nasci, vivi e morri orgulhoso de ser parnaibano, parnaibano, parnaibano.” Assim o senador Mão Santa (PMDB-PI) terminou seu discurso comemorando o 164º aniversário de

sua cidade natal, Parnaíba (PI), transcorrido ontem. O senador também sugeriu ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, que se inspire na coragem da Câmara Municipal de Parnaíba e coloque em votação os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a várias matérias aprovadas no Parlamento, entre elas a de recriação das superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do

Nordeste (Sudene).

Segundo o senador, em agosto de 1822, antes de d. Pedro I declarar a independência brasileira, a Câmara Municipal de Parnaíba aprovou a independência do Piauí perante Portugal.

– Os portugueses quiseram sufocar aquele movimento, invadiram Parnaíba, e foi aí que começou a Batalha do Jenipapo, quando os portugueses foram expulsos do solo piauiense.

Fotos: Gerardo Magalhães



MARCO MACIEL

Fórum de grandes debates políticos

A carência de instituições após a Independência foi lembrada por Marco Maciel, ao destacar que os maiores estadistas do Império foram preparados nas faculdades de Olinda e de São Paulo, “fórum de debate das grandes questões políticas e sociais”.

– Joaquim Nabuco, na sua obra *Um estadista do Império*, dizia que as faculdades de Direito eram ante-salas da Câmara – afirmou.

Maciel ressaltou ainda a contribuição dos cursos jurídicos nas artes, citando Castro Alves, Fagundes Varela e Deolindo Tavares.



VALTER PEREIRA

Papel relevante na luta pela democracia

A chamada “Carta aos brasileiros” foi recordada por Valter Pereira (PMDB-MS). O documento foi redigido “por juristas da melhor cepa” e lido em 8 de agosto de 1977. De acordo com o senador, a carta “foi um dos documentos mais relevantes de toda a resistência democrática, produzida no auge da ditadura, quando a opressão calava a oposição e a imprensa”.

Valter elogiou a coragem, entre outros, de juristas como Goffredo Telles Júnior, Heleno Fragoso, Nelson Trad e Wilson Martins.

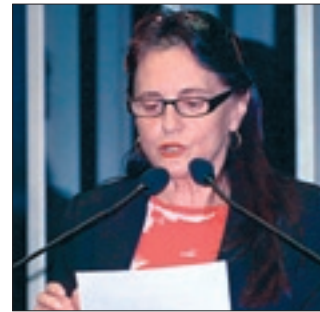


EDUARDO SUPLICY

Preocupação com a queda na formação

Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou-se preocupado com o que considera um “excesso de faculdades de Direito no país, que já somam 1.139”.

– O ensino jurídico de baixa qualidade, embora seja minoria, atinge toda a busca pela justiça, na medida em que compromete a formação dos operadores do Direito – advogados, magistrados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública. Estes, ao lado de nós, políticos, são grandes responsáveis pela busca da cidadania – destacou.



SERYS SLHESSARENKO

Aplauso à postura e atuação da OAB

A postura da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e sua participação em todas as lutas importantes do país foi saudada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Por outro lado, ela condenou a proliferação de faculdades de Direito no Brasil e observou que grande parte das faculdades não atende aos mínimos requisitos educacionais e pedagógicos.

– Fico muito preocupada quando empresários com sobra de dinheiro resolvem simplesmente aumentar seus patrimônios criando “faculdades de Direito”.



MARCELO CRIVELLA

Grandes juristas integraram o Senado

De acordo com Marcelo Crivella (PRB-RJ), “o Senado sempre teve grandes juristas entre seus integrantes, e se valeu deles em cada passo que tomou para encontrar o caminho mais seguro para resolver suas controvérsias”.

A criação dos cursos de Direito, ressaltou o senador, além de importância histórica, teve profundas repercussões na formação da elite intelectual do país. Para ele, “a formação de uma consciência jurídica foi decisiva para manutenção de instituições mais estáveis”.

Senado homenageia os 180 anos dos cursos de Direito

O Plenário do Senado homenageou ontem os cursos jurídicos do país, que completaram, no dia 11 de agosto, 180 anos de criação. A homenagem foi requerida pelo senador Marco Maciel (DEM-PE). Os primeiros cursos jurídicos do Brasil foram criados

em 1827, em São Paulo e Olinda (PE).

Compuseram a Mesa o ministro do Superior Tribunal Militar Flávio Bierrenbach, o professor João Grandino Rodas, da Universidade de São Paulo, a professora Luciana Grassano Mélo, da Universidade Federal de Pernambu-

co, o ex-presidente da OAB Roberto Busato e o deputado federal Michel Temer (PMDB-SP).

Também estiveram presentes o professor José Carlos Madia de Souza, Vadim Arsky, o desembargador Souza Prudente e o ex-senador pelo Piauí Hugo Napoleão.



MÃO SANTA

Tributo ao jurista Evandro Lins e Silva

Mão Santa (PMDB-PI) dedicou homenagem a Evandro Lins e Silva, natural da cidade de Parnaíba (PI) e, segundo o senador, o único jurista que pode ser comparado com Rui Barbosa.

O parlamentar contou que, quando foi escolhido paraninfo da primeira turma da faculdade de Direito – que ele fundara – da cidade, convenceu o grupo a convidar o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, falecido em 2002. Lins e Silva escreveu então um livro para os formandos, que Mão Santa pretende relançar.



PAULO DUQUE

Elogio ao advogado de Tiradentes

Vários juristas brasileiros foram reverenciados por Paulo Duque (PMDB-RJ), entre eles Clóvis Beviláqua e Rui Barbosa e o senador Marco Maciel.

Duque estendeu os elogios ao advogado que defendeu Tiradentes, José de Oliveira Fagundes.

– Ser advogado de Tiradentes era praticar um ato de heroísmo.

O senador aproveitou para prestar solidariedade ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que, conforme assinalou, está sendo “diariamente ofendido pelos jornais, caluniado pela imprensa”.



ARTHUR VIRGÍLIO

Reconhecimento a presidentes da OAB

Os presidentes da OAB no período da ditadura – entre eles Bernardo Cabral, Mário Sérgio Duarte Garcia, Eduardo Seabra Fagundes e Raymundo Faoro – receberam homenagem de Arthur Virgílio (PSDB-AM).

– Em um ato público no Rio, o Dops começou a prender estudantes. Me vi dentro de um camburão e ouvi que Sobral Pinto se declarou preso, em solidariedade aos estudantes. Falei para os colegas que a prisão de Sobral era garantia de que teríamos bom tratamento e pouco tempo na cadeia – disse.



ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Agente essencial para a democracia

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que é formado em Direito, afirmou que os advogados são essenciais para a existência da democracia.

– O grande baluarte, o defensor da democracia, é o advogado. Quando ele funciona, há justiça, democracia. Quando não funciona, estamos mergulhados na ditadura – observou o parlamentar, lembrando que a Constituição de 1988 reconheceu a importância da figura do advogado, considerando-o “indispensável à administração da Justiça”.



ROMEU TUMA

Missão de cuidar do sofrimento alheio

“Se os médicos têm a obrigação de curar a dor, os advogados têm a obrigação de curar o sofrimento social do cidadão”, comparou Romeu Tuma (DEM-SP).

O senador disse que sempre viu nos “operários do Direito” a missão de “cuidar de uma coisa sagrada: cuidar da doença, do esgoto da sociedade, do sofrimento alheio”.

Ao encerrar a homenagem, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), na presidência da sessão, homenageou o ex-senador e ex-ministro do STF Paulo Brossard.